

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 22 DE MAIO DE 2014.

Aos vinte e dois dias do mês de maio de 2014 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início a décima primeira reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência da presidente e representante titular da Sociedade Civil representando as Organizações de Atendimento às Pessoas com Deficiência. Estiveram presentes na reunião **treze (13) conselheiros: quatro (4) do poder público e nove (9) da sociedade civil, sendo os seguintes conselheiros titulares:** Dalva Deodato Taveira, Márcia Helena Vieira Pimenta, Márcio Henrique Silva Nalini, Leonel Aylon Cantano, Elisa Francisconi, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Selma Cristina Antoniette Badoco e Josiane Aparecida Antunes de Campos. **Conselheiros na titularidade:** André Luis Centofante Alves. **Conselheiros suplentes:** Padre Célio Adriano Cintra, Rosângela Aparecida de Paula e Juliana Bertazzi Passone. **Com a seguinte pauta:**

Assuntos: Eleição da Mesa Diretora do CMAS – 2014; **Termo de Aceite** do Cofinanciamento Federal para a realização das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; **Informes: Participação da Tina em Audiência no MDS** – com a Diretora do Departamento da Rede Socioassistencial Privada; **Inauguração das novas instalações da ADEFI** – neste dia 22 de Maio às 10h; **Diário Oficial** – Publicação de Edital de Chamamento nº 006/2014 - para celebração de convênio para execução do Serviço de Acolhimento Institucional modalidade Residência Inclusiva; **Ofícios** - Justificativas de não participação na Posse dos conselheiros – Vereadora Valéria Marson, Diretor da FACEF e Vereador Vergara. Tina iniciou a reunião explicando que o motivo da convocação para a reunião extraordinária refere-se ao prazo para o Aceite do PETI, que se encerra no próximo dia 28 de maio. Apresentou as justificativas dos conselheiros ausentes: Denizar, Aparecido, Raquel, Ariluce, Flavia, Maricélia, Fernanda, Cida e José Fernando. Em seguida, Tina exibiu a pauta que foi aprovada com a inclusão de mais um informe sobre a participação da Dra. Cristiany de Castro, na reunião do CONSEAS. Após, a conselheira Elisa fez a leitura da ata da reunião do dia 08 de maio, que também foi aprovada pelo colegiado. A conselheira Selma fez uso da palavra manifestando o seu agradecimento pela participação da representante do conselho, Sra. Tina, na reunião do Conselho Municipal de Segurança que teve por objetivo discutir sobre o serviço do Centro POP. Dando seguimento, Tina apresentou o primeiro assunto sobre a Eleição da Mesa Diretora esclarecendo que o mandato da diretoria é anual, sendo permitida uma recondução. Informou que o CNAS recomenda que o cargo de Presidente tenha alternância entre o Poder Público e a Sociedade Civil e que caso o colegiado defina acatar essa recomendação, neste ano a presidência deverá ser ocupada por representante do Poder Público. Tina explicou que mesa diretora é composta por Presidente, Vice-presidente, 1ª e 2ª Secretários. A conselheira Dalva, representando o Órgão Gestor, fez a indicação do conselheiro Márcio Nalini para o cargo de presidente. Ressaltou, porém, que

39 todos os conselheiros representantes do Poder Público que tiverem interesse, podem se
40 candidatar à presidência. O conselheiro Márcio esclareceu que se o presidente for
41 representado pelo Poder Público, sugere que o vice-presidente seja da Sociedade Civil e
42 indicou que a atual presidente, Tina, poderá ser eleita como vice. Tina disse que não tem a
43 intenção de monopolizar o cargo, porém está disposta a assumi-lo caso não tenha outros
44 candidatos. A conselheira Elisa foi indicada para a recondução do cargo de 1ª Secretária e
45 como 2ª Secretária, manifestou-se a conselheira Juliana. Não havendo mais indicações e
46 habilitações o colegiado definiu realizar a eleição por aclamação. A mesa Diretora foi eleita
47 por unanimidade pelos conselheiros e ficou composta da seguinte forma: **Presidente** –
48 Marcio Henrique Silva Nalini, membro titular do Poder Público, representando o Fundo Social
49 de Solidariedade; **Vice-Presidente** – Ernestina Maria de Assunção Cintra, membro titular da
50 Sociedade Civil representando as Organizações de Atendimento às Pessoas com Deficiência;
51 **1ª Secretária** – Elisa Francisconi – titular da Sociedade Civil, representando as Organizações
52 de Atendimento a Mulher e Família e **2ª Secretária** – Juliana Bertazzi Passone, membro
53 suplente da Sociedade Civil, representando a Categoria profissional ligada à Assistência
54 Social. Em seguida, Tina agradeceu a colaboração e apoio de todos os conselheiros durante
55 o período que esteve como presidente e passou a palavra para o Márcio parabenizando-o
56 pela presidência. O Presidente Márcio, agradeceu pela confiança de todos e afirmou que tem
57 tranquilidade em exercer esse cargo, considerando que o colegiado é formado por pessoas
58 que realmente assumem o compromisso e responsabilidade enquanto conselheiros. Em
59 seguida, o mesmo apresentou o segundo assunto da reunião sobre o Termo de Aceite do
60 PETI e passou a palavra à Diretora de Proteção Social Especial, Ana Paula, que iniciou a sua
61 apresentação relatando que em Junho do ano passado o conselho aprovou o
62 cofinanciamento do PETI, no entanto o Governo Federal não fez nenhum repasse ao
63 município. Disse, portanto, que se trata de uma repactuação de Cofinanciamento Federal
64 para a realização das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
65 para este ano de 2014. Destacou que as principais alterações para este ano referem-se à
66 mudança na forma de repasse de recursos e esclareceu que o cofinanciamento federal agora
67 possui um valor mensal fixo de R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais e as ações devem ser
68 cumpridas em 3 anos, ou seja até 2017. Ressaltou que essa repactuação deu-se em razão de
69 vários municípios terem questionado as metas estabelecidas para inserção no Cadastro
70 Único, considerando que o valor de repasse seria de acordo com os dados do IBGE/2010.
71 Com relação ao município de Franca, disse o IBGE/2010 apontou que 2.212 (dois mil
72 duzentos e doze) crianças e adolescentes encontram-se em situação de trabalho infantil,
73 porém o Cadastro Único identificou apenas 51 (cinquenta e uma) . Disse ainda que nesse
74 número são considerados também os adolescentes que tem autorização judicial para o
75 trabalho, apontando que essa situação é ilegal e que tem sido bastante discutida pelo
76 Ministério do Trabalho e Judiciário. Assinalou que falta entendimento da sociedade sobre o

77 que é considerado trabalho infantil e até mesmo sobre as consequências que essa situação
78 ocasiona às crianças e adolescentes. Em seguida Ana Paula apresentou as
79 responsabilidades do Órgão Gestor na operacionalização das ações estratégicas do
80 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, de acordo com os Eixos e incidências
81 das principais ocupações com presença de trabalho infantil, propostos pela Resolução CNAS
82 nº 10 de 15 de abril de 2014 e Resolução da CIT nº 1 de 19 de março de 2014. Disse que o
83 município possui uma comissão - COMPETI que já discute e estuda a questão do trabalho
84 infantil e informou que os membros indicados pelo CMAS não tem participado das reuniões.
85 Essas reuniões são abertas e ocorrem na 2ª segunda feira de cada mês e informou que a
86 próxima é dia 09 de Junho às 8h, nesta Secretaria de Ação Social. Márcio falou da
87 importância da participação nesta comissão e disse que será necessário verificar com as
88 conselheiras indicadas sobre a disponibilidade destas de continuarem integrando o
89 COMPETI. Sugeriu ainda que seja enviado o calendário das reuniões a todos os
90 conselheiros. Maria Amélia esclareceu que uma das indicadas para essa comissão não é
91 mais conselheira do CMAS, portanto deverá ser substituída. Finalizando, Ana Paula informou
92 que Aceite ao PETI integrará o Plano de Ação 2014. Após as considerações dos
93 conselheiros, o Termo de Aceite do PETI foi aprovado por unanimidade pelo colegiado. Com
94 relação ao Plano de Ação 2014, Marcio informou que foi realizada uma teleconferência no
95 ultimo dia 19 e destacou a importância dos conselheiros assistirem, considerando que o Plano
96 de Ação será apresentado ao colegiado para aprovação em breve e sugeriu que a Secretaria
97 Executiva envie ao email dos conselheiros o link de acesso desta teleconferência. A Sra.
98 Victalina manifestou a sua posição com relação as tarefas domésticas que as famílias utilizam
99 de maneira educativa e que na sua opinião não deveriam ser tratadas como trabalho infantil.
100 Dando seguimento foi passada a palavra para a senhora Cristiany de Castro, conselheira do
101 CONSEAS – SP, que apresentou informações sobre os assuntos discutidos na última reunião
102 daquele colegiado. Cristiany disse que foi apresentado o Termo de Aceite do PETI, para
103 ações a nível estadual e afirmou que foram feitas discussões e questionamentos sobre o
104 número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, apontados pelo IBGE,
105 sendo esclarecido que os critérios utilizados para identificação dão uma margem muito ampla,
106 pois são considerados: trabalho doméstico, tráfico e o trabalho misto, por isso o número é
107 grande e de difícil elucidação. É considerada também a situação daqueles adolescentes que
108 tem autorização judicial para o trabalho. Cristiany trouxe mais algumas informações sobre a
109 aprovação do Plano Piloto da Casa de Passagem do Migrante e Imigrante que será
110 desenvolvido em São Paulo, com o atendimento de 50 pessoas, sendo realizado em parceria
111 com uma entidade. O colegiado do CONSEAS discutiu ainda a questão do conselho não ter
112 competência para fazer análise de preponderância de entidades, situação que ficou
113 evidenciada com a recente publicação da resolução CNAS 14/2014, que faz alterações na
114 Resolução 16/2010. Finalizando, disse que a mesma comporá a Comissão de Normas,

Legislações e de acompanhamento aos conselhos e comprometeu-se em sempre trazer as informações e discussões daquele colegiado. Dando seguimento aos informes, Márcio passou a palavra à Tina que informou que foi convidada pelo Doutor Ubiali – Presidente das Federações das APAES para ir até Brasília participar de Audiências no MDS e no Ministério da Saúde. Manifestou a importância de socializar ao colegiado algumas informações relativas à audiência no MDS. Disse que foi recebida pela Diretora da Rede Socioassistencial Privada – Sra. Alessandra Gadioli e que conversaram sobre o CEBAS – Certificado das Entidades Beneficentes da Assistência Social. Afirmou que com a publicação da nova Lei nº 12.868/2013, que altera a Lei 12.101/2009, ocorreu algumas mudanças, especialmente no que se refere aos prazos de renovação do CEBAS e trouxe algumas informações sobre essas mudanças. Destacou que em breve será publicado um Decreto de regulamentação dessa Lei. Falou que a Sra. Alessandra fez alguns esclarecimentos também com relação a questão da preponderância das entidades de habilitação e reabilitação e que a análise deve se pautar primeiramente se todos os serviços são gratuitos para que sejam certificados pelo MDS e para inscrição nos conselhos. Enfatizou que os conselhos não tem prerrogativa para analisar preponderância. Falou que as principais alterações da Resolução 16/2010 por meio da Resolução 14/2014, ressaltam que é vedado aos conselhos analisar documentos contábeis, portanto não tem competência para avaliar preponderância e que é vedada também a solicitação de alterações em estatutos das Entidades. Finalizando disse que a Diretora Alessandra esclareceu também que o Serviço para Pessoa com Deficiência está na Proteção Especial de Média Complexidade, porém a pessoa com deficiência deve estar inserida em todos os serviços. Após, Márcio informou sobre a inauguração das novas instalações da Adefi às 10h00 e que a reunião será finalizada a tempo de garantir a participação dos conselheiros nesta inauguração. Como próximo informe, a Diretora de Proteção Social Especial, Ana Paula socializou aos conselheiros sobre o Edital de chamamento do Serviço de Acolhimento Institucional modalidade Residência Inclusiva publicada no Diário Oficial do Município. Márcio informou que os interessados em executar o serviço dentro deste segmento deverão apresentar o Plano de Trabalho e a documentação até o dia 28 de maio. Como último informe, Márcio apresentou os ofícios de justificativa da não participação na posse dos conselheiros da Vereadora Valeria Marson, do Diretor da FACEF e do Vereador Vergara para conhecimento do colegiado. Finalizando, Elisa convidou os presentes para participarem de um bazar de roupas de bebês na Liga Espírita D'Oeste, que será no próximo sábado, dia 24 de maio. O Conselheiro Leonel também fez uso da palavra para convidar os presentes para um "outlet" de roupas de festas, bijuterias e sapatos, que será no próximo dia 07 de junho, promovido pelo Berçário Dona Nina, o evento acontecerá na loja Maçônica Independência III. Nada mais havendo a tratar, Márcio agradeceu a participação de todos os presentes e a ata foi lavrada pela Secretária Executiva do CMAS.